



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004844-34.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Duplicata**  
 Requerente: **MARIA CRISTINA MARCUCI DONATO ME**  
 Requerido: **PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido mercadorias da primeira ré, cujos pagamentos se dariam por meio de boletos emitidos pelo segundo réu.

Alegou ainda que muito embora nesses boletos constasse observação sobre a possibilidade da respectiva quitação operar-se até data limite, superior à do vencimento, os títulos foram protestados indevidamente, antes de atingida aquela data limite.

Almeja à sustação dos protestos e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A preliminar de ilegitimidade *ad causam* arguida pelo réu **BANCO BRADESCO S/A** merece acolhimento.

Com efeito, sua ligação com os fatos trazidos à colação deveu-se somente porque foi o emissor dos boletos que seriam utilizados nos pagamentos a cargo da autora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

É o que se vê a fls. 51, 53, 55 e 57.

Ele, por outro lado, não teve iniciativa na implementação dos protestos impugnados pela autora, o que se deu por exclusiva responsabilidade da primeira ré (cf. fls. 52, 54, 56 e 58).

Diante desse panorama, transparece clara a ausência de razão para que o segundo réu figurasse no polo passivo da relação processual, descabendo inclusive a partir do que restou patentado (sobretudo pelos documentos de fls. 52, 54, 56 e 58) discutir eventual celebração de endosso-mandato entre os réus.

Acolho, pois, a prejudicial suscitada.

No mérito, o exame dos autos evidencia que a autora admitiu de um lado a aquisição de produtos da ré e, de outro, que não pagou os títulos pertinentes nas datas de seus vencimentos.

Salientou, todavia, que dispunha de prazo para fazê-lo antes que fossem protestados, mas quando tentou veio a saber que os protestos já se tinham consumado.

Bem por isso, sustenta a ausência de lastro para respaldá-los, porquanto concretizados quando ainda poderia saldar as dívidas com os devidos acréscimos.

Os fatos articulados pela autora estão detalhados com precisão a fls. 03/08, bem como a fls. 51/58, constatando-se que realmente os protestos se deram quando vigia o prazo para que a mesma pagasse os títulos.

Já a ré na peça de resistência não impugnou específica e concretamente tais fatos, como seria de rigor, sustentado apenas que a autora ainda não havia pago os débitos.

A conjugação desses elementos basta para o acolhimento da postulação vestibular, relativamente à sustação definitiva dos protestos porque lavrados irregularmente pela ré.

De outra parte, é indiscutível que o protesto indevido é suficiente para a configuração de dano moral passível de ressarcimento à autora, de acordo com pacífica jurisprudência:

*“AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO. DANO IN RE IPSA, AINDA QUE SOFRIDO POR PESSOA JURÍDICA. SÚMULA 83/STJ.*

*1. Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica.*

*2. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (súmula 83/STJ).*

*3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO” (STJ, AGRG no AG nº 1261225/PR Relator Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJE 15/08/2011).*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

*“O protesto indevido decorrente de dívida de responsabilidade do corréu acarreta prejuízo moral, sendo desnecessária a prova do abalo”* (TJ-SP, Apelação nº 1010723-62.2016.8.26.0564, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **CESAR LACERDA**, j. 27/03/2017).

*“Nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica”* (STJ - REsp 1.059.663/MS - 3ª Turma - Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI** - j. 02.12.2008).

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do problema experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar as consequências suportadas, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

O pedido contraposto formulado pela ré, a seu turno, de igual modo há de vingar.

Isso porque como ficou assinalado em momento algum a autora fez referência ao pagamento dos títulos emitidos pela compra de produtos que levou a cabo.

A circunstância dos protestos serem ilegítimos não se confunde com a falta dos pagamentos e muito menos projeta efeitos a essa obrigação da autora que não foi cumprida.

Assim, é de rigor a condenação da autora no montante de R\$ 3.948,42 (fl. 94).

Como forma de facilitar a solução definitiva do litígio, promovo a compensação entre os valores assinalados, de modo que feita a devida dedução remanescerá à ré o dever de pagar à autora a importância de R\$ 2.051,58.

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito em face do réu **BANCO BRANDESCO S/A**, com fundamento no art. 485, inc. VI, do Código de Processo Civil, e no mais **JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação e PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO** para, na forma declinada na fundamentação da presente, condenar a ré **PANPHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.** a pagar à autora a quantia de R\$ 2.051,58, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Torno definitiva a decisão de fls. 65/66, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 22 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**